



HEMEROTECA  
MUNICIPAL  
DE LISBOA

**O CORREIO. SEMANARIO MONARQUICO**<sup>1</sup> – Publicado no Porto, entre 7 de Dezembro de 1912 e Maio de 1913. Foi, fundamentalmente, um jornal de propaganda doutrinária e de crítica política, mas concretizada (encenada) num tom moderado, sem paixões, através de artigos de análise e opinião, entrevistas, “reportagens”, crónicas, cartas, memórias, etc. Também reservou espaço para algum noticiário, sobretudo estrangeiro (Guerra dos Balcãs) e sobre a vida mundana, e para um folhetim.

Chegava às mãos dos leitores ao sábado e somou 25 números, três dos quais foram replicados, ou seja, tiveram uma tiragem especial ou 2.<sup>a</sup> edição: n.º 9 (Fevereiro) – dedicado ao rei D. Carlos; n.º 22 (Maio) – centrado na noiva do rei D. Manuel, a princesa alemã Augusta Victoria d’Hohenzollern-Sigmaringem; e n.º 23 – que encontrou justificação na apreensão da 1.<sup>a</sup> edição, por ordem do Governador Civil do Porto, sr. Cerveira de Albuquerque. O episódio foi denunciado mais tarde, no final de Maio, exatamente no último número publicado, como testemunho do modo arbitrário como era aplicada o controlo sobre a imprensa, o que serviu de pretexto para algumas reflexões que definiam a República como um regime sem lei, dominado por gente sem moral, sem educação, sem classe, etc. Um artigo temperado com uma ironia inusual e de leitura recomendável. Eis um troço: «Não sabemos ainda n’este momento quem vem, ou quem veio substituir o sr. Cerveira de Albuquerque, mas os nossos votos são por que seja pessoa bem educada, que nos apprehenda, que nos persiga, que nos suspenda, que nos faça o diabo a quatro, mas que não nos faça grosserias.

«Estamos certos que na Republica, além do sr. Manuel d’Arriaga, impedido na Presidencia, e do sr. Cerveira de Albuquerque, se encontram duas ou três pessoas bem educadas que possam encarregar-se do governo civil do Porto.

«As nossas esperanças são as de que nos dêem, ou nos tenham já dado, um governador, embora tyranno como todos os demónios, mas bem educado.»<sup>2</sup>

Para uma aproximação às razões que terão motivado a fundação do periódico, importa ter em conta que no início daquele ano (1912), as fações monárquicas manuelista e miguelista chegaram a acordo sobre quem era o herdeiro da coroa, se a monarquia fosse restaurada. O Pacto de Dover reconheceu em D. Manuel II como representante legítimo da monarquia portuguesa e desbloqueou a cooperação das duas fações na restauração. Naquele ano ainda, em julho, os monárquicos assistiram à derrota da 2.<sup>a</sup> investida armada que intentaram contra a República, a partir da Galiza, com propósitos restauracionistas. Da ação conspirativa, nomeadamente entre os militares, também não havia muito que esperar. Os mais fiéis e ativos tinham pago com a vida ou estavam na prisão, no degredo ou no exílio. As autoridades estavam em estado de alerta permanente e tinham acionados todos os sistemas de defesa (militares e civis). Resumindo, a confrontação direta e violenta com a República, além de legitimar todas

<sup>1</sup> Disponível na Hemeroteca Digital, em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/ocorreio/ocorreio.htm>.

<sup>2</sup> Conf. «Echos. Apprehensão», in n.º 25, de 24/05/1913, p. 3.

as formas de repressão e violência institucional e civil – o que limitava o campo de manobra dos monárquicos –, acrescentava confusão e sobressalto ao quotidiano, suscitando a censura do público não militante e diminuindo a receptividade à causa monárquica.

Considerado sob este ângulo, a fundação d'*O Correio* configurou uma mudança na estratégia monárquica de confronto com a República, que de resto se revelava no editorial de apresentação:

«Quando nos tivérem demonstrado que as circuntancias geraes do paiz e as dos indivíduos não só não pioraram, mas beneficiaram com o advento das actuaes instituições; que é mais prospero o nosso estado económico e financeiro; que os serviços públicos – d'administração, d'instrucção, de defesa-nacional, de justiça, de fomento industrial, comercial e agricola e todos os demais – correm melhor, baseados em leis mais perfeitas e desempenhados por um pessoal mais competente; que os dinheiros públicos são geridos com mais escrupulo, que são mais desafogadas as condições da existencia moral, material e politica dos cidadãos; que se ganha mais, que se gasta menos, que se gosa mais liberdade e que a vontade nacional intervem mais effectiva e proveitosamente no governo do Estado e no das corporações locaes – então será chegada a ocasião de reflectirmos sobre os fundamentos do nosso credo monarchico.

Emquanto, porém, aquillo assim não fôr, e antes fôr exactamente o contrario, como é do domínio publico – entendemos mais do que nosso direito, entendemos do nosso dever de portugueses enfileirarmo-nos debaixo da bandeira das tradicionais instituições da nação. Não é, como se vê, um acto de hostilidade á Republica por ser Republica, é o que nos parece constituir um serviço ao paiz e é ao mesmo tempo uma homenagem á logica, que só entendida ás avessas poderia levar-nos para um caminho diferente d'este.»

Assim sendo, e «emquanto o actual regimen não se manifestar capaz de subsistir, a despeito d'uma opposição jornalística – como também a despeito d'uma fiscalização parlamentar que presentemente não existe – ninguém, nem de dentro nem de fóra do paiz o considerará definitivamente instalado; antes o julgarão todos vivendo ainda n'um período revolucionário, de tanto mais (ou menos) duvidosa saída, quanto mais prolongado fôr este anormal estado de coisas.»

Contrafeito, mas decidido a clarificar a situação, *O Correio* propunha-se dar voz ao descontentamento social: «Possamos nós n'estas columnas, se não chamar os governantes á consciência dos seus deveres – que seria a dos seus próprios interesses bem entendido – ao menos interpretar e exprimir o sentimento publico, em face das desgraçadas e tristes coisas que no paiz ocorrem, desde o estabelecimento da nova ordem – *ordem!*... politica.»<sup>3</sup>

Concluindo, o semanário monárquico estava ali para contestar a República, no plano político e ideológico, e hostilizar os seus governantes, no plano moral, explorando todas as contradições da sua política e todas as manifestações de mal-estar social que florescessem, desde os católicos, aos operários, dos inquilinos aos militares, dos

---

<sup>3</sup> Cf. «Sombrios tempos...», *in* n.º 1, p. 1.

jornalistas, etc.; e para convencer os monárquicos a esquecerem, temporariamente, as suas preferências doutrinárias, diferendos e más memórias, e a envolverem-se ativamente na defesa da Monarquia.

## DIREÇÃO, REDATORES E COLABORADORES

A redação e administração d'*O Correio* tinham a sua sede na Rua Passos Manuel, 177-1.º, no Porto. E a impressão do jornal correu sempre por conta de oficinas estabelecidas na cidade: Typographia Costa Carregal, na Travessa Passos Manuel, 27; Typographia de Arthur José de Sousa, no Largo de S. Domingos, 67; e Typographia de A. J. da Silva Teixeira, Successor, na Rua da Cansella Velha, 70-1.º.

O semanário monárquico também se fez representar em Lisboa e em Paris. A agência alfacinha esteve instalada na rua António Maria Cardoso, 68-3.º mas, no final de Dezembro, fixou-se no Largo de S. Paulo, 12-1.º. A agência parisiense, a cargo de Álvaro Pinheiro Chagas, no início estava localizada no «26 – rue Feydeau», depois mudou-se para o «6 – rue Duban. *O Correio* também tinha venda assegurada no «kiosque n.º 10, em frente ao “Grand Café”, Boulevard des Capucines».

À data do seu lançamento, perante as autoridades, os responsáveis do semanário foram: Joaquim Leitão<sup>4</sup>, referenciado como «Proprietário», A. R. de Azevedo Bastos, que assumia a função de «Director-Gerente» e Bento d'Oliveira e Silva, o «Editor». Em finais de Dezembro, Joaquim Leitão vendeu os seus direitos de proprietário ao irmão, Mário Antunes Leitão<sup>5</sup>, e instalou-se em Paris, permanecendo vinculado ao jornal, agora na qualidade de correspondente. Dois meses depois, em Fevereiro, o editor passou a ser José Fontes, Sobrinho<sup>6</sup> e, logo de seguida, Jorge Santos assumiu o cargo de diretor.<sup>7</sup> Até ao fim da sua efémera existência, *O Correio* conheceu mais dois editores – João de Sá Sotto-Maior Pizarro (entre os n.ºs 18 e 21) e Alberto Ferreira d'Aguiar (a partir do n.º 22). No primeiro número, também foi anunciado, com alguma

---

<sup>4</sup> Joaquim Antunes Leitão Júnior (Porto, 1875-Lisboa, 1956) – Escritor, historiógrafo e jornalista, foi secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa, diretor do Museu da Assembleia Nacional da Restauração e inspetor das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais de Lisboa (1946). Na imprensa, colaborou na *Folha da Noite* (1904-1905); *Jornal de Notícias* (1888-?); *A Liberdade* (1908-10); *O Porto* (1909-11); *Correio da Manhã* (1910-11), órgão do Partido Regenerador Liberal; *Diário da Manhã* (1914), monárquico; *O Nacional* (1915), monárquico; revista *Atlantida* (1915-20) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Atlantida/Atlantida.htm>); *Diário Nacional* (1916-19), órgão da Causa Monárquica; *Correio da Manhã* (1921-28), *idem*; *Revista Municipal* (1939-73) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/RevMun.htm>); e foi diretor do *Domingo Ilustrado* (1925-27) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/DOMINGOILUSTRADO/DomingoIlustrado.htm>), dos *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* (1931-36) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Anais/AnaisB.htm>), e do *Diário de Lisboa: edição mensal* (1933) (na Hemeroteca Digital, em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiariodeLisboa\\_edicaomensal/DiariodeLisboa\\_edmensal.htm](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/DiariodeLisboa_edicaomensal/DiariodeLisboa_edmensal.htm)).

<sup>5</sup> Cf. n.º 3, 28/12/1912, p. 7. Foi proprietário e administrador de «*Argus: revista mensal ilustrada*» (Porto, 1907). Disponível na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Argus/Argus.htm>.

<sup>6</sup> Cf. n.º 10, 8/02/1913.

<sup>7</sup> Cf. n.º 11, 15/02/1913.

pompa, que Álvaro Pinheiro Chagas<sup>8</sup> era agente d'O *Correio* em Paris, «a quem dev[ia] ser dirigida toda a correspondencia relativa a assignaturas, annuncios e colaboração do Estrangeiro.»

O tempo, porém, encarregou-se de revelar que Álvaro Pinheiro Chagas era uma figura de peso no jornal e que aquele corpo de dirigentes, se excluirmos o caso de Joaquim Leitão, não passava de um arranjo ou fachada. Desde logo, porque muitos dos seus redatores e colaboradores estavam no exílio, como teremos oportunidade de verificar. E em Abril de 1913, por ocasião de um «Desmentido» sobre o seu financiamento por um «*comité* monárquico», foi avançado o seguinte esclarecimento: «O *Correio* foi fundado com a quantia de oitocentos mil reis, subscrita particularmente por oito amigos pessoas dos seus redactores, e nunca pediu, nunca aceitou e nunca recebeu qualquer auxilio, qualquer subsidio ou qualquer quantia nem do *comité* monarchico, nem de qualquer representante da causa monarchica.»<sup>9</sup>

Confidenciaram também que o dito comité oferecera, recentemente, a Pinheiro Chagas «um auxilio financeiro que lhe permitisse assegurar e desenvolver a publicação do *Correio*» e tivera por resposta uma redundante negativa: «não acceitava para o jornal, como não acceitára para si qualquer auxilio da causa monarchica, embora não considerasse deshonoroso nem para elle nem para o jornal o ser auxiliado pela causa.»

Depois, como se tomassem consciência súbita da inutilidade daquele desmentido, vociferaram contra os caluniadores monarquicos: «Devemos dizer que taes garotices não surprehenderam nem os srs. Alvaro Pinheiro, Annibal Soares e Joaquim Leitão, porque todos os três já tiveram, – desde o quasi completo isolamento em que se viram a lançar a publico o *Correio da Manhã*, em seguida ao 5 de Outubro, – varias ocasiões de verificar que a proclamação do novo regime não teve, para a causa que defendem, a vantagem de limpar completamente o campo monarchico de alguns miseráveis que por elle vagueavam e dos quaes, infelizmente, nem todos se resolveram ainda a passar-se para a Republica.

E sobre o assumpto... temos dito.»<sup>10</sup>

Esta tirada furiosa e ambígua - pois não é claro se o alvo das críticas é o financiador ou o financiado – vem confirmar a missão que mobilizava O *Correio*: desenvolver uma intervenção política e propagandística, que unisse todos os monárquicos, independentemente das suas afeições doutrinárias, contra o “inimigo comum”, a República e os seus políticos.

Tomando por critério a assiduidade, bem como a relevância dos contributos, quer na substância, quer na forma, os principais redatores do semanário foram: Joaquim Leitão, primeiro como proprietário, depois como correspondente; Álvaro Pinheiro

---

<sup>8</sup> Álvaro da Silva Pinheiro Chagas (Lisboa, 1872-Estoril, 1935) – Escritor e jornalista, foi deputado durante o governo de João Franco, e secretário do Instituto Industrial, da Companhia da Zambézia e, mais tarde, da Sociedade Estoril. Na imprensa, foi diretor de vários diários afetos ao Partido Regenerador-Liberal, como: *Jornal da Noite*. (1903-08); *Diário Ilustrado* (1906-10); *Correio da Manhã* (1910-11); também colaborou no *Diário Nacional* (1907-08).

<sup>9</sup> Cf. «Echos. Desmentido», in n.º 21, de 26/04/1913, pp. 1-2.

<sup>10</sup> Ibidem.

Chagas, que usava o pseudónimo «Anselmo»; Ayres d'Ornellas<sup>11</sup> e «Raul»<sup>12</sup>. A partir de Janeiro de 1913 foram surgindo outras figuras, como Eduardo Luppi (a partir do n.º 6) Paiva Couceiro<sup>13</sup>, (a partir do n.º 9) e o tenente Satúrio Pires<sup>14</sup> (a partir do n.º 12).

Num registo mais intermitente ou mesmo raro, importa registar a presença de outros autores e “entidades”, a saber: Antonio Lança (n.ºs 1, 3, 4, 7, 8); Doutor Thalassa» (n.ºs 2, 3, 4, 7, 8, 19); Um Major Tripeiro (n.ºs 2); J. Sequeira (n.ºs 3, 6, 7); Bezigré (n.ºs 3); G.M.G. (n.ºs 4); Nuno Gil (n.º 4, 11); S.P./P.S. (n.º 5, 7, 8, 11, 12, 13, 14); Alvaro (n.º 15, 20, 23); J. Sequeira (n.ºs 3, 6, 7); Tony (n.º 6); Ramalho Ortigão (n.º 9); Annibal Soares<sup>15</sup> (n.º 10, 18); Luiz de Magalhães<sup>16</sup> (n.º 11); F. de Sousa e Holstein (n.º

---

<sup>11</sup> Ayres d'Ornellas e Vasconcellos (Funchal, 1966-Lisboa, 1930) – Oficial do Exército, escritor, após a instauração da República foi conselheiro e lugar-tenente de D. Manuel. Na imprensa, colaborou no *Correio dos Açores* (1909-11); *Correio da Manhã* (1910-11); *Diário da Manhã* (1914); *O Nacional* (1915); *Correio da Manhã* (1921-28); *Jornal da Madeira* (1923-26); e foi diretor do *Diário Nacional* (1916-19), órgão da Causa Monárquica.

<sup>12</sup> Possivelmente, trata-se de Raul Pinheiro Chagas (Lisboa, 1864-1936) – Oficial do Exército, foi sub-diretor da carreira de tiro Lisboa e sócio honorário da União dos Atiradores Civis Portugueses, como é referido no jornal deste órgão. Abandonou aquele cargo quando foi promovido a capitão. Em 1902, em reconhecimento do trabalho desenvolvido, a União admitiu-o como sócio efetivo e organizou uma jantar de homenagem. Após a proclamação da República, Raul Pinheiro Chagas integrou comité contra-revolucionário de Lisboa.

<sup>13</sup> Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (Lisboa, 1861-1944) – Oficial do Exército, destacou-se nas Campanhas de Conquista e Pacificação e foi nomeado governador-geral de Angola (1907-1909). Após a implantação da República demitiu-se do Exército, partiu para o exílio; comandou as duas incursões monárquicas e, mais tarde, proclamou a Monarquia do Norte. Na imprensa, colaborou no *Diário da Manhã* (1914); *A Pátria* (1917-19); *A Ideia Nacional* (1927); na *Revista de Artilharia* e na *Acção Realista* (1924-26) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AccaoRealista/Accaorealista.htm>), ligada aos integralistas.

<sup>14</sup> Eurico de Sampaio Satúrio Pires (Eivas, 1881-1952) – Oficial do Exército, jornalista e escritor, também se dedicou ao professorado. Após a instauração da República, demitiu-se do Exército, com o posto de tenente, e participou na 2.ª incursão monárquica. Na imprensa, aparece associado aos jornais: *Comércio do Porto* (1854...), *Liberal* (1916-19), *Correio da Manhã* (1921-28), *A Voz* (1927-71); e às revistas *Defesa Nacional*, *Revista Militar*, *Esfera*, entre outras.

<sup>15</sup> Aníbal Andrade Soares (Lisboa, 1882-1925) – advogado, escritor, jornalista, foi deputado no governo de João Franco (1907) e durante o período sidonista. O trabalho que desenvolveu na imprensa ficou associado a periódicos como *A Província* (1901), *Jornal da Noite* (1903-08), *Diário Ilustrado* (1906-10), *Diário Nacional* (1907-08), *Correio da Manhã* (1910-11), *Crónica do Exílio* (1912-19) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ChronicadoExilio/ChronicadoExilio.htm>), *Crónica Política* (1914), *Diário da Manhã* (1914), *O Nacional* (1915), *Diário Nacional* (1916-19), órgão da Causa Monárquica, e *Correio da Manhã* (1921-28), com a mesma tendência.

<sup>16</sup> Luís Cipriano Coelho de Magalhães (Lisboa, 1859-Porto, 1935) – jornalista, escritor e poeta, governador civil do Distrito de Aveiro, deputado e ministro demissionário no governo de João Franco. Após a implantação da República, exilou-se e participou nas incursões de Paiva Couceiro. Da sua trajetória na imprensa há a registar a sua colaboração nos seguintes periódicos: *A Província* (1885-1904), órgão do movimento «Vida Nova», de Oliveira Martins; *Diário Ilustrado* (1872-1911), afeto aos regeneradores liberais; *Revista O Jornal da Noite* (1903-1908), órgão do Partido Regenerador-Liberal; *Diário da Manhã* (1914), monárquico; *O Nacional*, monárquico (1915); *Diário Nacional* (1916-1919), órgão da Causa Monárquica; *A Pátria* (1917-19), monárquico; *O Jornal* (1927-32), regionalista; *A Gazeta* (1929-30), monárquico; *Correio da Manhã* (1921-28), órgão oficioso da Causa Monárquica; *Revista Científica e Litteraria* (1880-81); *Revista de Portugal* (1889-92) e *A Sátira* (1911) (na Hemeroteca Digital, em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ASatira/ASatira.htm>).

12); V. T. (n.º 12); Gil Eanes (n.º 15, 20); Mario Pinheiro Chagas (n.º 16); C. Frazão Pacheco; (n.º 21); e Fernando Martins de Carvalho<sup>17</sup> (n.º 23).

Considerado do ponto de vista material, *O Correio* descreve-se como um jornal de formato mediano, de 8 páginas. Parte da sua matéria apresenta-se organizada por “secções” estáveis ou artigos continuados. O texto apresenta-se distribuído por 4 colunas e os elementos gráficos não abundam, se excluirmos as edições especiais (n.ºs) e os números referentes aos últimos dois meses do semanário, que contêm algumas fotografias da família real e de membros da nobreza. Os créditos fotográficos não são identificados. Registe-se ainda a presença de um número significativo de anunciantes. Na sua maioria de comerciantes do Porto, de diversas áreas. Ocupavam uma secção específica, nas duas últimas páginas, mas pontualmente apareciam noutras.

O preço praticado era o seguinte: Portugal, Ilhas e Colónias: série de 52 n.ºs - 1\$000 reis; série de 26 n.ºs - \$500 reis; Número avulso – 20 réis; Estrangeiro (União Postal): s. de 52 n.ºs - 15 francos (ou 3\$000) - s. de 26 n.ºs 3 francos (1\$600 reis). Brasil: s. de 52 n.ºs - 10\$000 reis (moeda brasileira). A estes valores acrescia o da cobrança postal. No que toca aos anúncios: na respectiva secção - 50 reis a linha; nas outras páginas – por contrato especial.

Rita Correia, 4 de Agosto de 2015

---

<sup>17</sup> Fernando Augusto de Miranda Martins de Carvalho (Lamego, 1872-Estoril, 1947) – advogado, deputado, ministro no governo de João Franco (1907-1908), presidiu à Ordem dos Advogados (1929) e foi membro da Academia de História. Foi ministro da Fazenda entre 2/05/1907 e 4/02/1908. Após a implantação da República exilou-se no Brasil, depois na Bélgica, e regressou a Portugal em 1915. Na imprensa, deixou o seu nome associado aos periódicos *A Oficina* (1883); *O Alarme* (1891); *A Voz Pública* (1891), *A Portuguesa* (1892), *O Instituto* (1899) e *Enciclopédia Social*, dirigida por Delfim Gomes; foi co-fundador da *Gazeta dos Tribunais e do Notariado*, e diretor do jornal *O Direito*, em 1935.

## **BIBLIOGRAFIA**

*Grande enciclopédia portuguesa brasileira.* Lisboa-Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d.].

LEMOS, Mário Matos e - *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um dicionário.* Coimbra : Ariadne Editora, Lda., [s.d.].

MÓNICA, Maria Filomena - *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, 3 vols. Lisboa : Assembleia da República-Imprensa de Ciências Sociais, 2004-2006.

TORRE GOMEZ, Hipólito de la; MARQUES, A. H. Oliveira - *Contra Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa.* Lisboa : Perspectivas & Realidades, [D.L. 1985].